



M O V I M E N T O **LUTA DE CLASSES**

**TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES AO
21º CONGRESSO DA FASUBRA
10 a 15 de abril de 2012 | Poços de Caldas (MG)**

1. APRESENTAÇÃO

Movimento Luta de Classes, uma corrente sindical revolucionária

“A história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses da corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta.”

(K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista)

A cada dia que passa, vemos crescer o desemprego, as ameaças aos direitos trabalhistas, os cortes das verbas públicas da Saúde e da Educação, a exploração e a pobreza em nosso país e no mundo. Trabalhadores são demitidos em massa sob o pretexto da crise econômica, enquanto o sistema de corrupção embolsa o dinheiro dos bilionários “auxílios” estatais. A juventude vê seus sonhos de estudo, trabalho e de uma vida melhor cada dia mais distantes, se tornando presas fáceis da marginalidade. Centenas de milhares de famílias camponesas, expulsas do campo, migram às cidades para se juntar aos milhões de desempregados lá existentes. Já não são meninos de ruas, mas milhões de famílias que fizeram dos viadutos e das calçadas suas casas.

A verdade é que os trabalhadores, sob o capitalismo, seja em época de crescimento econômico seja em momento de recessão, vivem em uma crise social e financeira permanente. Assim, enquanto um grupo de patrões e políticos corruptos vêem suas fortunas crescerem e seu patrimônio aumentar dia a dia, para a imensa maioria da população brasileira a situação é muito diferente: queda da renda, piora nas condições de vida e de trabalho, aumento das horas extras e demissões em massa. Enquanto os

trabalhadores do serviço público são ameaçados com congelamento do salário, precarização da Previdência pública.

Diante dessa realidade, o trabalhador só tem um caminho: se organizar e lutar pelos seus direitos. Aliás, em toda a nossa história, nenhum de nossos direitos foi obra da generosidade dos patrões e seus governos, mas sim resultado da unidade e da luta dos trabalhadores. Por isso, um grupo de sindicalistas com o objetivo de responder ao anseio dos militantes e ativistas sindicais que lutam por um sindicalismo classista, comprometido com os reais interesses da classe operária e por um país justo e socialista, resolveram criar o **Movimento Luta de Classes**.

Por que o MLC?

Fundado em 2005, o **Movimento Luta de Classes (MLC)** é uma corrente sindical revolucionária, que nasceu da necessidade histórica de retomar os rumos da combatividade e do classismo no movimento sindical brasileiro.

Combatemos as posições oportunistas e governistas que pregam a conciliação de classes, bem como o discurso incosequente e sectário, mascarado por uma fraseologia “radical”; dois males que impedem diretamente o avanço das lutas e da consciência da classe trabalhadora em nosso país.

Entretanto, buscamos sempre a construção da unidade necessária entre os trabalhadores para alcançar novos e maiores conquistas e para enfrentar os ataques cada vez mais profundos desferidos pelos patrões e seus governos. Defendemos a solidariedade de classe, a união de forças entre as diversas categorias e setores, respeitando a diversidade de opiniões, mas sempre pautados pela necessidade de mobilização permanente.

Fruto desta linha acertada, o **Movimento Luta de Classes** está organizado em vários estados e tem assumido a direção na luta contra a exploração patronal em diversas categorias: construção civil, indústria naval, educação, limpeza urbana, petroleiros, comerciários, ferroviários, urbanitários, jornalistas, etc.

O **MLC** também tem se desenvolvido e crescido entre os servidores públicos. Durante o ano passado, defendemos em todo o país a construção de uma greve unificada dos Servidores Públicos Federais e, conseqüentes com esta defesa, apoiamos a greve dos servidores dos Institutos Federais de Educação, construímos a greve do Judiciário, deflagramos a greve no Ministério da Cultura e paralisamos o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), no Rio de Janeiro. Além disso, no ano passado, defendemos, a todo instante, no Comando Nacional de Greve o fortalecimento e radicalização da greve da Fasubra e construímos ativamente a greve local na UFPB e na UFAL, onde atuamos.

Convidamos, então, você, que acredita em um movimento sindical classista – que não se cala quando a necessidade é gritar, que não para quando é preciso marchar –, para, junto conosco, construir uma nova direção de luta para a Fasubra e, ao lado de todos os oprimidos e explorados, levar adiante a luta para acabar com o sistema capitalista e construir um Brasil socialista.

Participe do Movimento Luta de Classes!

Construa um núcleo do MLC em sua universidade!

Viva a luta dos trabalhadores!

Abaixo o capitalismo! Viva o socialismo!

2. CONJUNTURA

Trabalhadores vão à luta contra a exploração dos patrões

Os lucros dos patrões não param de crescer. Somente entre 2000 e 2010, o faturamento das 200 maiores empresas brasileiras subiu 534%, alcançando um total de R\$ 587,9 bilhões.

Mas toda essa fortuna ganha pelos patrões não se deve a sua inteligência, mas a enorme exploração que o trabalhador brasileiro sofre.

Essa exploração começa logo cedo, quando o operário sai de casa para ir ao trabalho. Além de pagar caro pelo transporte público, viaja espremido como sardinha numa lata. Para conseguir um metrô ou um ônibus menos cheio tem que acordar mais cedo. Na volta para casa, o estresse é ainda maior.

Ao chegar à empresa, os operários são obrigados a ouvir os gritos dos chefes, lembrando a meta do dia e que estão ali para produzir para o patrão. Ao final do mês, recebem um salário que mal dá para alimentar nossa família. Por isso, os trabalhadores vivem com a corda no pescoço, endividados e sem um tostão no bolso.

De acordo com o Dieese, o salário mínimo necessário para o trabalhador e sua família suprirem as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência deveria ser de R\$ 2.278,00 (cálculo de agosto de 2011), mas é de apenas R\$ 622,00. É um salário menor do que o pago na Argentina, Chile e Paraguai, embora o Brasil seja a sétima economia do mundo.

Por quê? A resposta está nos lucros cada vez maiores dos patrões.

Exploração capitalista

Para aumentar suas fortunas, os donos das indústrias, dos bancos e das empresas realizam uma exploração desumana. Além de salários baixos e jornadas estafantes de trabalho, a grande maioria dos trabalhadores não têm direito a plano de saúde; a cesta básica tem um valor muito abaixo da realidade; o custo de vida é cada vez maior; e grande parte das horas- extras não são pagas.

Por isso, tem crescido o número de greves no Brasil. Em 2010, foram 516 e, em 2011, ainda mais greves foram realizadas.

Os operários fizeram greves em todas as grandes obras de construção no país: em Suape, Pernambuco; nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia; nas obras dos estádios para a Copa do Mundo de 2014, como Maracanã, Castelão (Ceará), Mineirão e Arena Pernambuco.

A última greve foi na Refinaria Petroquímica do Comperj, no Estado do Rio. Cerca de 14 mil operários decidiram parar para reivindicar equiparação salarial, alojamentos dignos e gratuidade do plano de saúde para a família.

Também os professores estaduais realizaram greves em 12 estados, exigindo o cumprimento da Lei do Piso Nacional, conquistando, por exemplo, um aumento de 34% no Rio Grande do Norte. Os bombeiros do Rio de Janeiro chegaram a ocupar um quartel da Polícia para lutar por um salário decente. Já, nós, servidores das universidades federais ficamos cem dias parados para exigir que o Governo Federal garantisse reajuste salarial.

Os bancários realizaram uma greve que durou 21 dias, pois os banqueiros, apesar de faturarem bilhões, não quiseram aumentar o salário dos trabalhadores. Só o Itaú Unibanco obteve, de janeiro a setembro deste ano, lucro de R\$ 10,940 bilhões, o maior já registrado no mercado financeiro nacional para este período. Agora, é a vez de os petroleiros também entrarem em greve em todo o país.

O **Movimento Luta de Classes (MLC)** tem participado de todas essas greves defendendo a união da classe trabalhadora contra os patrões e levantando a bandeira do socialismo.

Graças a essas lutas, os trabalhadores conquistaram importantes vitórias. A greve dos bancários obteve valorização do piso em 12% e pagamento de todos os dias parados. A greve dos Correios conquistou aumento linear de R\$ 80, a partir de 1º de outubro, além de vale-extra de R\$ 575, em dezembro, vale-refeição e vale-cesta básica.

As greves demonstram ainda que é cada dia maior a combatividade dos trabalhadores, pois mesmo quando a Justiça burguesa intervém a favor dos patrões e declara uma greve ilegal, os trabalhadores permanecem unidos e de cabeça erguida.

Todas essas lutas revelam que os trabalhadores estão acordando e descobrindo que se não se unirem e se organizarem pelos seus direitos e contra a exploração dos capitalistas, ninguém o fará por eles. Sabem que sem luta a exploração só aumentará, pois os capitalistas sempre querem aumentar seus lucros e engordar suas contas bancárias.

Mas é importante lembrar que, para a classe operária conquistar em definitivo sua liberdade e acabar de vez com a exploração que sofre do patrão, é preciso pôr fim à propriedade privada dos meios de produção, pois, enquanto um reduzido grupo de pessoas, a classe capitalista, mandar nos governos e se apropriar das riquezas que produzimos, o trabalhador terá um salário baixo e viverá na pobreza.

Por isso, devemos lutar não só por um salário digno e pela redução da jornada de trabalho, mas também para que todos os trabalhadores sejam donos das indústrias e das riquezas produzidas pela sociedade, isto é, lutar por uma sociedade socialista.

Crescimento capitalista aumenta submissão do Brasil ao capital estrangeiro*

Em meio à profunda crise em que se encontra o sistema capitalista mundial e que se arrasta desde setembro de 2008, alguns países, mais precisamente China, Índia, Rússia e Brasil, os chamados Brics, têm obtido índices de crescimento econômico considerados elevados para os padrões capitalistas. No caso do Brasil, este crescimento, embora com altos e baixos, levou o país a se tornar a sexta economia do mundo, ultrapassando Itália e Reino Unido.

Em 2002, tivemos a eleição de Lula (PT) para a Presidência da República do Brasil. Sua decisão de não realizar nenhuma ruptura com o sistema imperialista, no entanto, foi clara. Não reestatizou as empresas públicas privatizadas, garantiu os privilégios do grande capital financeiro e a livre ação dos monopólios internacionais na economia brasileira. Com isso, a grande mídia internacional passou a exaltar a economia brasileira como a mais nova maravilha do mundo.

Mas, como nem tudo o que reluz é ouro e quase tudo que os meios de comunicação burgueses afirmam é mentira, não há nenhum mar de rosas na nossa economia.

Porém, nesse contexto de propaganda favorável e com a expansão de grandes empresas brasileiras na América Latina, realizando obras e adquirindo outras empresas,

movimento esse apoiado e financiado pelo Governo brasileiro, alguns setores passaram a criticar o expansionismo brasileiro e a temerem um novo imperialismo na região.

Alguns governos latino-americanos têm, inclusive, atuado no sentido de frear esse avanço. Na Argentina, o Governo da província de Mendoza suspendeu um projeto de exploração de potássio da mineradora Vale e, no Peru, permanece cancelada a construção da hidrelétrica de Inambari, obra da construtora OAS e das estatais Furnas e Eletrobrás.

Entretanto, uma análise mais profunda da economia brasileira revela que o atual surto de crescimento econômico do país, além de inconstante e de beneficiar principalmente as classes ricas, não rompe as cadeias que o prendem ao sistema imperialista mundial, mas torna o país ainda mais submisso a esse sistema.

Dito de outro modo, o crescimento econômico dos últimos dez anos não alterou a subordinação do Brasil ao grande capital financeiro internacional nem diminuiu o domínio dos monopólios internacionais. Pelo contrário, ocorreu um impressionante processo de desnacionalização e até de desindustrialização da economia brasileira.

De fato, o alardeado crescimento tem sua principal base na exportação de matérias-primas e *commodities*, principalmente minérios e produtos agrícolas, e não em produtos industrializados e com tecnologia de ponta, muito menos está baseado na ampliação do mercado interno, haja vista o enorme endividamento da população e do Estado.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, até agosto de 2011, as exportações de produtos básicos representaram 44,27% (US\$ 55,822 bilhões) das exportações brasileiras, enquanto as vendas externas de manufaturas foram somente 39,74% (US\$ 50,100 bilhões). A involução é clara: pela primeira vez desde 1978, a exportação de produtos básicos superou a exportação de manufaturas.

Soja (grão, farelo e óleo), carnes, açúcar e etanol, produtos florestais e o café representam 81,2% da exportação agrícola do Brasil. No entanto, apesar de ser um grande produtor e exportador de alimentos, o Brasil importa 65% de suas necessidades de adubos. Entre as manufaturas, os automóveis, em sua totalidade produzidos por empresas multinacionais dos EUA, da Alemanha, da Itália e da França, são 2,22% do total das exportações. Já o minério de ferro representa 12,63% das exportações, e o petróleo 7,92%. Além do minério de ferro, o Brasil é também o maior produtor mundial de nióbio e manganês.

Além desse crescimento baseado nas exportações de bens primários, de matérias-primas, se verifica também um processo de desindustrialização.

Nos anos de 1980, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 33%; hoje, não passa de 16%. Já a relação manufaturas-exportação, que chegou a 59% nesse mesmo período, estacionou em 40%.

Outra comprovação da desindustrialização da economia brasileira é revelada no aumento do déficit industrial do país. Entre 2005 e 2010, o déficit de bens industriais passou de um valor positivo de US\$ 31 bilhões para US\$ 34 bilhões de valor negativo. No total, o déficit no comércio exterior de bens industriais alcançou US\$ 65 bilhões. Vale dizer ainda que este déficit da indústria ocorre em setores de alta e média intensidade tecnológica, tais como indústria farmacêutica, bens de consumo, componentes eletrônicos, equipamentos de informática e escritório e instrumentos de precisão (*Luiz Gonzaga Belluzo e Júlio de G. de Almeida, Carta Capital, 22/06/2011*).

Apenas a indústria aeronáutica teve superávit, devido à Embraer. No entanto, é bom lembrar que a Embraer não é exatamente uma empresa brasileira. Privatizada em 1994, por apenas R\$ 154 milhões, a Embraer é controlada pelo Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ – (14,2% das ações), pelo BNDES (5%), o

Governo, (0,3%) e o banco Bozano (10,4%). Porém, 70% das ações da Embraer estão com investidores da Bolsa de Valores de Nova York (Nyse na sigla em inglês), e com três fundos de investimentos norte-americanos (Janus Capital Management, Oppenheimer e Thornburg Investments).

A desindustrialização da economia brasileira é tão grande que o então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante, afirmou que o Brasil vende 1,7 mil toneladas de soja ou 21,5 mil toneladas de minério de ferro para poder comprar apenas uma tonelada de semicondutores da China (*Retrato do Brasil*, nº 46).

Tal fenômeno levou alguns economistas da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), a denominarem esse processo de “reprimarização” da economia, isto é, retorno ao modelo que caracterizou a exploração do Brasil e demais países latino-americanos durante o período colonial.

O professor de economia da Unicamp, Wilson Cano, autor de várias obras sobre a economia brasileira e latino-americana, resumiu assim essa situação: “Estamos cantando com a música chinesa. Cantando por exportar galinha e soja e minério de ferro. Mas isso nunca deu futuro a ninguém. As lideranças aceitam que é muito bom ficar exportando essas coisas, mas esquecem que é uma regressão industrial”. (Wilson Cano, *Folha de São Paulo*, 12/06/2011).

Enfim, o Brasil exporta cada vez mais matérias-primas e importa produtos industrializados. Sem dúvida, não temos aqui nenhuma característica de um país imperialista.

A subordinação do Brasil ao capital financeiro internacional

“O imperialismo é um sistema mundial de domínio e opressão, no qual o capital financeiro submete o mundo inteiro.” (J. Stálin, *Fundamentos do Leninismo*, Edições Manoel Lisboa).

Apesar de ser a sexta economia mundial, o Brasil continua religiosamente remunerando o capital financeiro com altas taxas de juros (as maiores do mundo) e destinando anualmente cerca de 40% de tudo o que arrecada para pagar os rendimentos dos especuladores, donos dos títulos das dívidas interna e externa. Continua também privatizando e desnacionalizando suas empresas, permitindo livre circulação desse capital no país, sendo um dos países de onde as filiais das multinacionais mais remetem lucros para suas matrizes, e, cumprindo com zelo o papel de país fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industriais. Ou seja, o Brasil é, sem dúvida, um dos países que está submetido a esse domínio mundial do capital financeiro. Provas não faltam.

O Brasil possui US\$ 352 bilhões em reservas internacionais aplicadas principalmente em títulos da dívida norte-americana. Diferente do que se apregoa, essas reservas, além de só serem suficientes para cobrir 60% das necessidades do País, não é prova de vitalidade da economia brasileira, mas antes um atestado claro da submissão ao sistema imperialista. Vejamos.

Os juros pagos pelo Governo dos EUA pelos títulos de sua dívida são apenas 0,4%; logo, essa aplicação nada rende ao Brasil, embora seja de grande importância para os EUA manterem seus gastos com guerras e subsidiarem seus bancos e monopólios quebrados. Ademais, para comprar esses dólares, as reservas, o Brasil vendeu títulos da sua dívida pública que são remunerados com taxas de juros de 11,5% ao ano, a taxa Selic, fixada pelo Banco Central. Assim, com as reservas aplicadas em títulos norte-americanos, o país perde nada menos que US\$ 40 bilhões por ano.

Não bastasse, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu junto aos demais países dos Brics comprar títulos da dívida dos países europeus: “A gente vai se reunir em Washington e vai discutir como fazer para ajudar a União Europeia a sair dessa situação”. (*Reuters*, 13/09/11). Lembremos que, em outubro de 2009, o Brasil retirou US\$ 10 bilhões para emprestar ao falido FMI e participar do esforço mundial para salvar bancos e monopólios internacionais falidos. Lembremos ainda que, para garantir, em 2012, o pagamento de juros a este seletivo grupo de parasitas, o Governo Federal cortou mais de R\$ 50 bilhões do Orçamento, especialmente na área da Saúde.

Não há prova maior da subordinação e total dependência aos atuais países imperialistas do que socorrê-los à custa da miséria do seu próprio país.

A desnacionalização da economia brasileira

Dívida e remessa de lucros

Um importante aspecto da dominação do capital financeiro internacional sobre as nações são as dívidas externa e interna.

Pois bem, segundo a professora Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, o endividamento brasileiro está hoje em cerca de R\$ 3 trilhões e, em 2010, consumiu 44,93% dos recursos do Orçamento da União. De fato, dados do próprio Banco Central revelam que os bancos nacionais e estrangeiros e os fundos de investimentos são donos de 76% dos títulos da dívida interna. Por sua vez, a dívida externa, além de não ter acabado, teve um aumento de 43%, 2009 para 2011, e atingiu US\$ 284,1 bilhões.

Também indicador do grau de dependência do Brasil frente ao sistema financeiro internacional é o crescimento das remessas de lucros para o exterior.

Em 2010, o Brasil remeteu de lucros para o exterior US\$ 30 bilhões. Em 2009, foram US\$ 25,21 bilhões, e um terço desse valor, US\$ 7,45 bilhões, vieram de lucros com aplicações financeiras. Nos últimos doze meses, de julho de 2010 a julho de 2011, as remessas de lucros atingiram o montante de US\$ 34,95 bilhões.

Assim, ao mesmo tempo que o País cresce sua economia, cresce também a remessa de lucros para o exterior, comprovando o quanto é grande o domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional.

De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad, sigla em inglês), o Brasil é o 5º maior destino de investimentos estrangeiros do mundo. Porém, além do capital investido em especulação, os outros setores que mais recebem este capital são o extrativismo mineral e de serviços e a aquisição de empresas.

A desnacionalização da economia brasileira é ainda evidenciada quando se observa que das 50 maiores empresas “brasileiras”, 26 são estrangeiras. Na realidade, mais da metade das empresas “brasileiras” de setores de ponta como automobilístico, aeronáutica, eletro-eletrônico, informática, farmacêutico, telecomunicações, agronegócio e minérios estão nas mãos do capital estrangeiro.

Ainda segundo o Censo do Capital estrangeiro no Brasil, o capital estrangeiro está presente em 17.605 empresas “brasileiras” que respondem por 63% do Produto Interno Bruto (PIB), e tem o controle de 36% do setor bancário e possui 25% das ações do Bradesco e 20% das ações do Banco do Brasil. (Nazareno Cordeiro, Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos).

Ilusão de classe

Para atenuar esse domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional, o Governo do PT decidiu formar “multinacionais verde-amarelas”. Os grupos burgueses escolhidos foram aqueles que possuem um alto grau de influência no Governo e que generosamente financiaram o PT e seus aliados nas eleições.

Para formar essas multinacionais, o Estado, além de financiar a fusão das empresas, torna-se sócio do projeto e articula os fundos de pensão estatais para fazerem o mesmo. Em outras palavras, o Estado atua como um verdadeiro comitê executivo da classe capitalista. Não se trata de algo novo, o mesmo foi e é feito por todos os governos capitalistas, da China aos EUA. Lembremos que na atual crise, os Estados retiraram mais de US\$ 30 trilhões dos cofres públicos para socorrer bancos e monopólios privados da quebra.

O resultado de tal política foi a formação e o fortalecimento de alguns monopólios privados em setores como a telefonia, aviação civil, frigoríficos, bebidas e etanol.

Um desses monopólios verde-amarelos criados foi a empresa de telefonia Oi. O objetivo anunciado era competir dentro e fora do país com as multinacionais da Espanha, Portugal e Itália, que assumiram o controle da telefonia no País após a privatização. Para tanto, o Governo mudou a legislação existente e liberou financiamentos públicos a juros baixíssimos. Em 25 de abril de 2008, nasceu a nova Oi, união da Brasil Telecom com a Oi, a supertele verde-amarela, de propriedade dos empresários Carlos Jereissati e Sérgio Andrade e com 43,4 milhões de clientes. Para tal empreitada, a nova Oi, recebeu do BNDES R\$ 2,5 bilhões para viabilizar o negócio e R\$ 5 bilhões para financiar os investimentos da nova companhia.

Porém, como a burguesia “há muito jogou fora a bandeira da independência” e “vende os direitos e a independência da nação por dólares”, após dois anos, a Portugal Telecom adquiriu o controle da empresa brasileira comprando 22,4% das ações. (*Carta Capital*, 4/8/2011)

Outro caso de multinacional verde-amarela foi a Ambev. Em 1999, a Brahma e a Antarctica, anunciaram o nascimento da AmBev, uma gigante brasileira no setor de bebidas que começa faturando R\$ 10,3 bilhões por ano. A nova empresa chegou ao mercado como a terceira maior do mundo em produção de cerveja e dominando 70% do mercado brasileiro. Essa multinacional “brasileira” começou comprando outras empresas na América Latina, como a Quilmes, maior cervejaria Argentina, em 2002. Porém, em março de 2004, após várias trocas de ações e ativos entre a Ambev e a belga Interbrew, a multinacional Interbrew anunciou que era acionista majoritário da cervejaria brasileira, com 71% do capital votante e 51,6% do capital total.

Nova “traição nacional” financiada pelo Governo e, mais uma vez, o sonho de construir uma economia nacional soberana com a grande burguesia nacional vai por água abaixo.

Os novos bandidos do etanol

No caso do etanol, a situação não é diferente. Incentivadas pelo Governo, várias empresas estrangeiras se associaram a usinas nacionais para aumentar a produção de etanol do país e exportar para atender a demanda dos EUA por álcool.

Hoje, 400 usinas, grande parte delas em mãos do capital estrangeiro, controlam praticamente toda a produção nacional de etanol e agem como um cartel. Como ficou claro com o preço do álcool disparando este ano mesmo em plena safra da cana.

De acordo com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o capital estrangeiro é dono de mais de 30 milhões de hectares no país para produzir

cana de açúcar, gado e soja. Apenas no setor sucroalcooleiro, as multinacionais detêm 33% de todas as terras e usinas. (*Carta Capital*, 3/08/11).

Também a Petrobras, devido à lei 9478 de 1997, que quebrou o monopólio estatal do petróleo, tem hoje 51% de seu capital sob controle privado, e 35% desse capital é estrangeiro. Isso sem contar que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Ministério das Minas de Energia seguem com a política de realizar leilões do nosso petróleo para as companhias petroleiras internacionais.

Para aumentar a participação do capital estrangeiro no país, o Governo Federal enviou para a aprovação do Congresso Nacional, no dia 20 de abril passado, uma Medida Provisória que permite o aumento dos atuais 20% para até 49% de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras e decidiu privatizar os aeroportos e os portos.

A superexploração do trabalhador brasileiro

Em contraste com essa situação, temos a superexploração dos trabalhadores e grande parte da população vivendo na pobreza. Apesar do crescimento do emprego no país, o salário mínimo que deveria ser, de acordo com o Dieese R\$ 2.279,00 é de apenas R\$ 622,00, o equivalente a US\$ 364. É um salário menor do que o pago na Argentina (US\$ 475), Chile (US\$ 372) e Paraguai US\$ 410). Além disso, o trabalhador brasileiro tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo quando se comparam os custos com salários no Brasil com os de outros países.

Para atenuar a miséria crescente do povo, o Governo brasileiro vem desenvolvendo, desde 2004, o programa Bolsa Família, que garante às famílias que não têm condições mínimas de renda uma ajuda financeira mensal. Atualmente, 13 milhões de famílias, cerca de 70 milhões de pessoas, são atendidas pelo programa, que se destina a lares com renda per capita de até R\$ 140 - consideradas famílias em situação de extrema pobreza. Atualmente, cada beneficiário pode receber de R\$ 32 a R\$ 306 por mês. Em 2004, eram 5,5 milhões de famílias atendidas. Portanto, em vez de diminuir, cresce o número de famílias que por não terem trabalho e salário digno necessitam de uma bolsa do Governo para não passar fome.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros vivendo em situação de miséria, 8% da população. Destes, 11,4 milhões têm renda de R\$ 1 a R\$ 70 (US\$ 40) e 4,8 milhões não têm nenhum rendimento. Ademais, 79 milhões de pessoas se mantêm com renda familiar abaixo de R\$ 1.020 (US\$ 600), e 38% dos jovens vivem em situação de extrema pobreza; 50% da população não têm esgoto e 80 milhões vivem com remuneração abaixo de 700 dólares. Sete milhões de famílias não têm teto para morar e, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil, em pleno século 21, possui 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão.

Ao mesmo tempo, um minúsculo grupo de pessoas, donas dos principais monopólios industriais, comerciais e dos bancos, não para de enriquecer. Nesta última década, o faturamento das 200 maiores empresas brasileiras subiu 534% entre 2000 e 2010, alcançando uma receita bruta de R\$ 587,9 bilhões (US\$ 270 bilhões).

Como vemos, o crescimento econômico brasileiro recente segue inteiramente preso às cadeias do imperialismo mundial e subordinado ao capital financeiro internacional, e aprofunda a contradição entre uma minoria de ricos e a imensa maioria de trabalhadores brasileiros que sofrem com salários baixos e péssimas condições de trabalho.

Tal análise confirma a tese leninista de que não é possível opor-se ao capitalismo apenas com reformas. É necessário modificar as bases do sistema, substituir o sistema por outro que seja oposto a este, isto é, que em vez de se basear na propriedade privada dos meios de produção, se baseie na propriedade coletiva dos meios de produção.

**Escrito por Luiz Falcão, membro do Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário (PCR), publicado no jornal A Verdade (nº 135, dezembro de 2011)*

3. EBSERH

A luta contra a privatização dos hospitais universitários

No dia 15 de dezembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.550, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A Ebserh é uma empresa estatal de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, que tem como objetivo principal a gestão dos Hospitais Universitários Federais (HUFs).

Já se encontra criada e possui estatuto e diretoria. Mas ainda existe uma pedra no meio do caminho da empresa: a autonomia universitária. Cada universidade federal tem autonomia para decidir se quer ou não contratar a empresa para administrar e terceirizar pessoal para seu Hospital Universitário e, conseqüentemente, entregar de graça a ela prédios, equipamentos e pessoal conquistados através de anos de luta e resistência contra a política de sucateamento do patrimônio público.

Ou seja, as universidades terão em suas mãos a decisão de permanecer defendendo sua autonomia ou aceitar mais um duro golpe contra ela, perdendo o controle sobre um órgão fundamental para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área de Saúde.

Nos HUs em que forem implantadas as filiais da empresa, vivenciaremos, sem dúvida, a privatização dos serviços. Esta, diferentemente das privatizações que costumamos acompanhar nas atividades econômicas estatais – como está ocorrendo com os aeroportos e com a exploração do petróleo –, em que o patrimônio é simplesmente colocado a leilão, será realizada através de um processo gradual. Primeiro há a privatização dos recursos humanos e da gestão. Os atuais servidores federais pertencentes ao quadro das universidades sendo substituídos por trabalhadores contratados através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – o regime trabalhista da iniciativa privada. Já administração assumirá uma lógica contábil, em que a busca por austeridade financeira será colocada acima da qualidade da assistência à saúde dos pacientes e da formação profissional dos estudantes.

Depois de implantada e consolidada a empresa, começa a privatização das atividades acadêmicas e assistenciais. Após fazer os investimentos iniciais necessários para seduzir a comunidade universitária e a sociedade, o Governo Federal restringirá as verbas para os Hospitais Universitários, obrigando as filiais da empresa a buscar formas privadas de financiamento para garantir seu equilíbrio financeiro, através de convênios com faculdades particulares, tomando o espaço de formação prática dos alunos das universidades públicas, e com os planos de saúde, restringindo o acesso aos serviços de saúde por parte dos usuários do SUS.

É necessária a organização em todas as universidades de fóruns populares que integrem os três segmentos da comunidade universitária para barrar nos Conselhos Universitários a aprovação da contratação da Ebserh. Estes fóruns devem possuir caráter permanente, para impedir novas investidas do Governo Federal onde for possível barrar a implantação da empresa, e para impedir o avanço do processo de privatização nos hospitais em que ela se instalar.

Além disso, a Fasubra deve reforçar sua participação na Frente Nacional em Defesa do SUS e convocar um seminário nacional para discutir a luta contra a privatização dos HUs.

Esta é uma das lutas prioritárias para o movimento sindical dos servidores técnico-administrativos de todo o sistema de universidades federais brasileiras. E deve ser encarada como uma questão de princípios para a nossa Federação.

À luta contra qualquer tipo de privatização!

4. CAMPANHA SALARIAL

Campanha Salarial 2012: unidade para construir a greve para garantir nossos direitos

Com a desculpa da crise do capitalismo, os Governos colocam sobre as costas dos trabalhadores, e dos servidores públicos em particular, o ônus dessa que é a maior crise do sistema capitalista desde a Segunda Guerra Mundial. O Governo Dilma não foge à regra. No ano passado, cortou R\$ 50 bilhões em investimentos do Orçamento da União, arrochou os salários dos servidores, não cumpriu nenhum acordo feito pelo Governo Lula e destinou R\$ 238 bilhões para pagar a dívida pública.

Por isso, as 29 entidades sindicais nacionais do serviço público federal já se reuniram e apontaram para a necessidade de construir uma greve geral do setor como forma de derrotar a política do Governo Federal em continuar congelando o salário dos servidores e transferindo dinheiro público para os bolsos do capital financeiro através de privatizações e terceirizações.

Com os eixos da Campanha Salarial 2012 baseadas na defesa dos direitos conquistados; na mudança de data base para 1º de maio; reposição da inflação; valorização do salário base com incorporação das gratificações; contra o Fundo de Previdência Complementar; cumprimentos dos acordos e protocolos e paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; esse ano, os servidores deverão capitanear as lutas que os trabalhadores brasileiros travarão para garantir suas conquistas e avançar em seus direitos.

A Fasubra é uma das entidades que compõem o Fórum de Entidades Nacionais e, em 2011, vanguardou as mobilizações dos servidores, realizando uma das maiores greves de sua história. Outras entidades, como a Condsef, decidiram fazer acordo com o Governo e ficaram a ver navios nas antessalas de negociações que não deram em nada, resultando ainda numa grande desmobilização de suas bases.

Diante do avanço da greve da Fasubra, o Governo respondeu ao movimento de maneira truculenta, negando-se a negociar com os grevistas, numa completa negação do direito de greve de todos os trabalhadores. Nem por isso a categoria titubeou, e realizou várias manifestações que levaram milhares de servidores à Esplanada dos Ministérios.

A greve paralisou a maioria das universidades federais e representou um avanço na consciência e na organização dos servidores. Lamentavelmente, no momento onde o Comando Nacional deveria ter confiado mais na disposição de luta das bases mobilizadas e respondido de maneira radical diante da intransigência do Governo, decidiu-se pela desmobilização sem ter conseguido nada de concreto nas reivindicações.

No ano de 2012, as bases da Fasubra devem ser convocadas a aumentar o grau de pressão contra o Governo, que já declarou o corte de R\$ 55 bilhões do Orçamento, afirmando que “não é hora de nenhum trabalhador pedir aumento”. O Governo pretende ainda aprovar a Previdência Complementar para os servidores (privatização) e quer continuar dando dinheiro para os banqueiros.

Para o **MLC** é fundamental a construção da mais profunda unidade entre os servidores federais para construirmos a maior greve que o setor já viveu. Esta é a única forma de buscar nossos direitos e impedir que o Governo destrua os serviços que a população tem direito de receber.

Dessa maneira, estaremos dando exemplo para toda a classe trabalhadora de que os patrões só conhecem a linguagem das mobilizações e da greve. Foi dessa maneira que conquistamos todos nossos direitos que eles agora querem destruir, e será dessa forma que garantiremos o que é nosso, avançaremos para novas conquistas e apontaremos o caminho para a construção de uma nova sociedade igualitária e fraterna.

5. VENHA PARA O MLC

Esta é uma tese preliminar e aberta a contribuições. Sua versão final, com todos os itens do temário será distribuída aos delegados no XXI Confasubra.

Todos os militantes que queiram construir junto conosco uma alternativa de intervenção revolucionária para o movimento sindical dos servidores técnico-administrativos das universidades e colaborar com nossa tese, podem entrar em contato através emails:

Clodoaldo Gomes (UFPB): clodoaldo@movimentolutadeclasses.org

Jeamerson Santos (UFAL): jeamnht@hotmail.com